



UNICAMP



A CENSURA DE LIVROS INFANTIS EM ESCOLAS BRASILEIRAS: UM PROBLEMA QUE PERSISTE

Palavras-Chave: CENSURA, LITERATURA INFANTIL, MEMÓRIA CULTURAL.

Autores(as):

RONAM MARCATI BAIOSCHI, FACULDADE DE EDUCAÇÃO – UNICAMP

Prof^(a). Dr^(a). ANA LÚCIA GUEDES-PINTO, FACULDADE DE EDUCAÇÃO – UNICAMP

INICIAÇÃO CIENTÍFICA PELA FAPESP PROCESSO NÚMERO 2023/15447-2

INTRODUÇÃO:

Para adentrar no tema já descrito, recorro a Ginzburg (1999, p. 152) que afirma: “O caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos”. Tal percepção cognitiva é necessária para se compreender o alcance que uma história pode vir a ter. Com uma leitura do contexto, é possível aprender sobre uma realidade que até então seria inalcançável para o leitor.

Atualmente, muito se discute sobre o campo de produção e consumo da literatura infantojuvenil, não somente no Brasil, mas em todo o mundo. Há quem considere ainda que um livro infantil tem como única finalidade a leitura e aceitação/memorização plena do que nele está escrito, como se fosse uma bula de um remédio, desconsiderando o aspecto da criatividade e inventividade (Certeau, 1994) ao se realizar uma leitura.

Freire (2022), há muito tempo, já nos atentava para essa questão redutora de entendimento da leitura dos livros: “Os alunos não tinham que memorizar mecanicamente a descrição do objeto, mas apreender a sua significação profunda” (FREIRE, 2022, p. 11 e 12).

Frequentemente, ainda nos dias de hoje, histórias tidas como infantis recebem um tratamento diferenciado. Ana Maria Machado (2023), autora brasileira renomada por sua produção literária infantil, salienta que os livros infantis são mais censurados que os livros destinados a adultos.

A própria ideia do que se constitui e se configura como um livro para um público infantil não é uma resposta simples. Além dessa problemática, há infelizmente outro problema de ainda maior gravidade: a censura de livros literários em escolas brasileiras.

A fundamentação do estudo se desenvolverá a partir da perspectiva da História Cultural, tomando como referência os estudos sobre a história das práticas de leitura no Brasil (Lajolo e Zilberman, 2019), retomando o movimento da formação da leitura no Brasil e recuperando diversos episódios de censura que acompanham a história da leitura. As autoras Lajolo e Zilberman afirmam que a literatura infantil teve início com a literatura de cordel, ocorrendo também a massificação de outras práticas. Com esse cenário, medidas precisaram ser tomadas para impactar a cultura do país.

Para as autoras,

Não que a leitura seja uma prática sólida no Brasil; nem que as instituições culturais e pedagógicas encarregadas de sua difusão tenham consistência ou estejam a salvo das críticas que, desde o século XIX, a elas são dirigidas. Desde a separação de Portugal, reclama-se (e com razão) uma atuação mais positiva e competente do Estado, no sentido de melhorar a educação e a cultura do país; nada indica que hoje essas reivindicações tenham perdido legitimidade e razão de ser. Mesmo assim, o leitor é vitorioso (LAJOLO, ZILBERMAN, 2019).

Segundo Lima (2018), ainda hoje, mesmo com o regime democrático, os vetos de livros infantis nas escolas brasileiras, continua denunciando práticas de censura à produção e à circulação de obras literárias voltadas ao público infanto-juvenil. As justificativas apresentadas para os vetos são muitas, desconsiderando-se a importância que a leitura tem na formação cultural humana. Candido (2014) já advertia que a literatura é um direito humano e que a perda da memória cultural dos autores vetados pode ser irreparável.

Dito isso, tem-se como objetivo geral: compreender os variados impactos dessa censura produzidos nas escolas, com a perda da memória cultural de autores vetados e identificar quais temas têm sido afastados da instituição escolar. Para alcançar tais objetivos, está sendo realizado um levantamento histórico dos vetos aprovados com relação à aquisição de livros literários pelo FNDE (Fundação Nacional do Desenvolvimento da Educação) por meio da política do PNLD de obras literárias.

METODOLOGIA:

Como já mencionado, para a análise dos dados, será retomado a concepção teórica de Ginzburg (1999, p. 163) que, ao se voltar às características de um paradigma indiciário, afirma: “A tendência a apagar os traços individuais de um objeto é diretamente proporcional à

distância emocional do observador.” Ou seja, a metodologia está relacionada com a visão de mundo particular de cada pesquisador e não se restringe apenas a como realizar determinada tarefa, mas também a como raciocinar sobre determinado assunto. Para seguir uma metodologia, é preciso ter questionamentos, ter curiosidades e entender os achados por meio da experiência como descobertas para continuar construindo novos objetivos. É preciso desenvolver sensibilidades para o que não está evidente, para o que pode estar obscuro pelas evidências mais saltantes – este é o exercício do pesquisador.

Em nossa pesquisa, o mapeamento histórico dos vetos apresentados para certos livros, somados ao estudo detalhado a respeito das motivações dos grupos sociais que defenderam esses vetos, junto ao contexto sociocultural da produção desse movimento de censura, buscam recuperar indícios para a compreensão das particularidades e das similaridades que podem constituir os argumentos para uso da censura nas escolas.

RESULTADOS PRELIMINARES E DISCUSSÃO:

Como informado, a pesquisa está em andamento. Algumas conclusões podem ser elaboradas provisoriamente: a censura não se encerrou com o final da Ditadura Militar no Brasil em 1985; os livros infantis tendem a ser os mais censurados por entender que as crianças precisam ser protegidas da “imoralidade” de certos assuntos; não são somente os grupos de Direita que desejam as censuras de diversos livros; independente de qual seja o motivo que leva as pessoas a desejarem a censura, a perda da memória cultural dos autores vetados permanece de forma semelhante; o FNDE não é o responsável por censurar os livros que ele próprio escolheu. Ele tem sido coagido muitas vezes a censurar certos autores devido a pressões de membros da sociedade.

ALGUMAS CONCLUSÕES PROVISÓRIAS:

A arte, a literatura e a liberdade de leitura são direitos incondicionais do ser humano, conforme defende Antonio Candido (2014). Tudo pode ser lido e problematizado. Ao invés de se censurar, é preciso ler obras polêmicas, estudando pensamentos divergentes e construindo as próprias concepções a partir das diferentes visões de mundo representadas. Isso não significa, contudo, concordar com tudo o que se lê. Pelo contrário, ao se realizar uma leitura, o ideal é sempre evitar anacronismos e problematizar a partir do que se pensa sobre o que foi lido.

Diferente do que se pensa comumente, ler histórias polêmicas não é perigoso. Pelo contrário, como nos explica Rodari:

Essas estórias representam a tentativa de discorrer com a criança sobre argumentos pelos quais se interessam intimamente mas que, em geral, a educação tradicional coloca entre as coisas sobre as quais “não fica bem falar”: as funções corporais, a curiosidade sexual. Percebe-se que a definição de “tabu” é polêmica e que eu lanço mão da infração do tabu. Acredito que não só em família, mas também na escola, se deveria falar dessas coisas com plena liberdade e não apenas em termos científicos, porque nem só de ciência vive o homem. Conheço as desgraças que recaem sobre os professores que levam seus alunos a exprimir todo o seu conteúdo, a libertar-se de todos os medos, a desfazer-se dos eventuais sentimentos de culpa, sejam professores de nível maternal, elementar ou médio. Aquela parte da opinião pública que respeita o “tabu” logo acusa de obscenidade, folheia o código penal, lança mão da autoridade escolástica. É só uma criança ousar desenhar um nu, masculino ou feminino, completo em seus atributos, e facilmente cairá sobre seu professor a sexofobia, a estupidez e a crueldade do próximo. E quantos professores reconheceram a liberdade de seus alunos escreverem, se lhes ocorrer, a palavra “merda”? (RODARI, 1973, p. 100).

O autor destaca o papel que o acesso e a apropriação de diversos pontos de vista que são apresentados pelas muitas histórias, pela apreciação da arte em geral podem potencializar a formação de mentes criativas e inventivas, possibilitando o desenvolvimento de seres mais sensíveis, autônomos e cientes de sua função no mundo.

BIBLIOGRAFIA

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: LIMA, Aldo (org.) **O direito à literatura** (2ª ed.). Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2014.

CERTEAU, Michel de. **Invenções do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 52. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2022. E-BOOK. (1 recurso online). ISBN 9786555552713. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555552713>. Acesso em: 2 set. 2023.

GINZBURG, Carlo. Sinais - Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989. 281 p. ISBN 8571640386
(broch.).

LIMA, Carolina Alvarenga de. **O direito à literatura**: a censura na prática da leitura escolar. 2018. 1 recurso online (46 p.) Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1635559>. Acesso em: 2 set. 2023.

MACHADO, Ana Maria. Sensatez e Sensibilidade: a reescrita de obras e o risco de podar a literatura infantil como nascedouro. **Piauí**, Rio de Janeiro, v. 201, p. 62-65, jun. 2023. Mensal.

RODARI, Gianni. **Gramática da fantasia**. 2. ed. São Paulo, SP: Summus, c1973. 162 p. (Novas buscas em educação, v.11).